Sociedade (SOCIOLOGIA)

Isolado de seus semelhantes, o ser humano é incapaz de desenvolver suas potencialidades intelectuais e torna-se selvagem como um animal da floresta. Esse fenômeno foi observado na prática em crianças que sobreviveram por anos em meios naturais, afastados do convívio social.

Sociedade é o agrupamento de indivíduos entre os quais se estabelecem relações econômicas, políticas e culturais. Numa sociedade existe unidade de língua e cultura e seus membros obedecem a leis, costumes e tradições comuns, unidos por objetivos que interessam ao conjunto, ou às classes que nele predominam. Em sentido estrito, confunde-se com a comunidade política que vive num estado nacional e seus limites são as fronteiras políticas e geográficas do estado. A idéia de sociedade pressupõe um contexto de relações humanas no qual ocorre a interdependência entre todos e cada um de seus componentes, que subsiste tanto pelo caráter unitário das funções que cada membro desempenha como pela interiorização das normas de comportamento e valores culturais dominantes em cada comunidade.

Toda a humanidade pode ser considerada como uma única sociedade, mas em sentido sociológico fala-se de sociedade como um sistema funcional abstrato, sem identificação com um país ou cultura determinados, ou então de forma plural no tempo (sociedade antiga, medieval, moderna etc.) e no espaço (sociedade americana, mexicana, japonesa, brasileira etc.).

No interior das sociedades se observa a formação de grupos de pessoas cujos interesses coincidem em certa medida, como as famílias, os clãs, as comunidades e as associações. Desses conjuntos, que geralmente mantêm estrutura própria, os mais significativos são as comunidades e as associações. A comunidade é uma sociedade geograficamente localizada, de estrutura definida, cujos membros têm um modo de vida comum. Pode constituir-se em dimensão geograficamente reduzida, como um povoado, ou estender-se por um país de extensão continental. A associação tem características específicas e delimitadas: é um agrupamento organizado de indivíduos que visam à consecução de objetivos comuns.

Entre os modelos modernos de associação estão os partidos políticos e os sindicatos, que têm a finalidade de defender interesses específicos de determinadas classes sociais e de categorias profissionais. Outro exemplo de associação é o estado, que tem a função básica de preservar a segurança e o bem-estar dos grupos sociais que vivem sob seu domínio. O estado, no entanto, só forma uma sociedade perfeita quando não lhe faltam os elementos essenciais de uma sociedade natural: unidade de língua e cultura, história e tradição comuns. Diferentes nações muitas vezes formam um estado, mas nem todas as nações têm existência como estado.

Tipos de sociedades. Não existe acordo entre os especialistas sobre os elementos essenciais que possam servir de base para uma classificação consistente das sociedades, com valor e alcance universais. Observam-se, porém, duas grandes tendências: a que adota critérios externos à própria organização, como o estado de conhecimento ou das técnicas de trabalho, e a que se fixa em critérios internos, como o grau de simplicidade ou complexidade da organização social.

Ao primeiro grupo pertenceu Auguste Comte, pioneiro da ciência empírica e teórica da sociedade, que chamou de sociologia, e na idéia de uma ordem cultural como elemento constitutivo da sociedade. Fundamentou sua teoria da sociologia em duas proposições correlatas: a lei dos três estados e o teorema segundo o qual as ciências teóricas formam uma hierarquia em cujo ápice está a sociologia.

Comte baseou-se no nível dos conhecimentos para estabelecer a evolução da sociedade por três estados que se sucedem: no primeiro há uma sociedade teológica de estrutura militar, fundamentada na propriedade e na exploração do solo; no segundo, uma sociedade de legistas, caracterizada pela distinção clara entre o poder temporal e o poder espiritual; e no terceiro há uma sociedade industrial ou positivista, na qual aplicam-se as ciências positivas à ordem natural para transformar as condições materiais, com o surgimento da indústria.

Karl Marx e Friedrich Engels fundamentaram a estrutura da sociedade capitalista nas relações de produção e sua evolução pela luta de classes. Na produção de bens materiais, os homens entram em relações necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um dado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o conjunto dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade. É possível distinguir, em qualquer sociedade, a base econômica, ou infra-estrutura, e a superestrutura, constituída pelas instituições jurídicas e políticas e pelas ideologias.

A estrutura social de uma sociedade é, assim, uma totalidade articulada em que os elementos que a compõem têm sua função determinada pelo lugar que ocupam no todo. O conceito de modo de produção é teórico, isto é, não existe na realidade empírica e se refere à totalidade social global. É constituído por uma estrutura global formada por três estruturas regionais (econômica, jurídico-política e ideológica), uma das quais domina as outras, embora a estrutura econômica seja sempre determinante, em última instância.

Na maior parte das sociedades, porém, a produção de bens materiais não se efetua de uma só forma. O mais freqüente é que numa mesma sociedade convivam diversos modos de produção, subordinados a um modo de produção dominante, que lhes impõe leis de desenvolvimento, embora continuem existindo com relativa autonomia. Essa realidade social empírica, historicamente determinada, é referida com o conceito de formação social. A teoria da história representa o estudo da sucessão descontínua dos diferentes modos de produção.

Marx e Engels dividiram as sociedades em seis grupos: a comunidade tribal, agrupamento primitivo de famílias; a sociedade asiática, caracterizada pelo despotismo; a sociedade antiga, na qual as relações de classe estabeleciam-se entre cidadãos e escravos; a sociedade germânica, rural e profundamente individualista; a sociedade feudal, extremamente hierarquizada; e a sociedade capitalista, marcada pelo domínio da burguesia e com relações de classe nitidamente afirmadas. Previram o surgimento de uma sétima sociedade, a comunista, na qual desapareceriam as classes sociais.

No grupo de autores que classificam as sociedades a partir de critérios internos destacam-se Herbert Spencer, Talcott Parsons e Émile Durkheim. Spencer baseou-se na doutrina do evolucionismo para elaborar sua teoria sociológica, na qual a premissa básica é a analogia orgânica, isto é, a identificação entre sociedade e organismo biológico: tanto a sociedade como os organismos se distinguem da matéria inorgânica pelo crescimento visível durante sua existência; tanto as sociedades como os organismos aumentam em complexidade de estrutura à medida que crescem em tamanho; e uma diferenciação progressiva de funções acompanha a diferenciação progressiva da estrutura da sociedade e dos organismos.

O fato principal da "lei geral da evolução" é o movimento das sociedades, de simples para os diversos níveis das sociedades compostas. Spencer fez, assim, a distinção entre sociedades simples (grupos nômades, carentes de organização política e com incipiente divisão de trabalho) e sociedades complexas (nas quais as funções sociais e econômicas multiplicam-se). As sociedades compostas surgiram da agregação de algumas sociedades simples; a agregação de sociedades compostas deu origem às duplamente compostas.

Durkheim estabeleceu uma diferença entre sociedade primitiva, caracterizada pela "solidariedade mecânica", de forte consciência coletiva; e a sociedade complexa dominada pela "solidariedade orgânica", de marcada diferenciação social. A solidariedade mecânica predomina quando existe grande semelhança entre os indivíduos da sociedade, que partilham sentimentos, adotam os mesmos valores e admitem as mesmas crenças. A solidariedade orgânica é o consenso resultante da diferença, fenômeno que caracteriza a sociedade moderna.

Parsons buscou a diferenciação das sociedades na capacidade de adaptação de sua organização social, de tal modo que à maior capacidade de adaptação generalizada corresponde uma complexidade crescente. Classificou as sociedades em três tipos fundamentais: as sociedades primitivas, com escasso grau de diferenciação e forte componente religioso; as sociedades intermediárias, identificadas pelo emprego da escrita e por sua estrutura de classes; e as sociedades modernas, que se distinguem pela preponderância do direito, inspirado no que Max Weber chamou de "racionalidade formal".

Evolução da sociedade. Quaisquer que sejam os fundamentos em que os cientistas sociais se baseiam, todos estão de acordo em que a sociedade sofreu um processo gradual de transformação ao longo do tempo. O tipo mais primitivo de organização social que se conhece é a ordem comunal ou tribal, em que os indivíduos viveram juntos para garantir a sobrevivência de todos. Esses agrupamentos dedicavam-se à busca nômade de alimentos e instalavam-se de forma provisória em cavernas e acampamentos. À medida que se esgotavam as reservas naturais ou as condições climáticas assim o exigissem, mudavam-se para outros sítios mais favoráveis ao grupo.

O domínio do fogo deflagrou uma verdadeira revolução tecnológica. Permitiu o aperfeiçoamento dos utensílios e sua transformação em armas para a caça que, junto à extração de alimentos vegetais, era a fonte de alimentação. A domesticação de animais marcou uma etapa importante da evolução da sociedade primitiva: o momento da transição de um estado nômade para uma forma de vida sedentária, em locais geográficos permanentes. Surgiram as tribos, agrupamentos de indivíduos ligados por laços de parentesco. Mas a permanência em espaço circunscrito limitou o acesso às fontes alimentares, basicamente caça, pesca e coleta de frutos e raízes silvestres. A necessidade de ampliar os estoques alimentares levou à atividade agrícola e mais uma etapa foi alcançada com a conversão do pastoreio e da agricultura nas principais fontes de subsistência. Surgiram os primeiros proprietários da terra, dominadores da economia tribal.

O domínio das técnicas de utilização dos metais marcou mais uma etapa importante na evolução social. A divisão de trabalho acentuou-se e possibilitou maior concentração de riqueza nas mãos de alguns indivíduos. Permitiu o aumento das atividades de troca entre indivíduos ou entre grupos, o que deu origem ao comércio. A igualdade econômica inicial deixou aos poucos de existir e surgiu o regime da propriedade privada dos meios de produção.

A sociedade escravista surgiu quando a propriedade sobre os objetos e a terra ampliou-se para a posse de seres humanos, os prisioneiros de guerra. Seu fundamento econômico reside na possibilidade de cada indivíduo ser capaz de produzir mais do que o necessário para a própria sobrevivência, ou seja, um excedente, passível de ser apropriado por outrem. O processo de acumulação de riqueza acentuou-se e algumas famílias tornaram-se mais ricas com o uso da mão-de-obra escrava, barata e abundante.

O modelo de sociedade baseado no trabalho escravo declinou em função da inexistência de estímulo para que o trabalhador escravizado executasse as funções mais complexas que progressivamente lhe foram sendo exigidas. O progresso das técnicas produtivas e a necessidade de maior produtividade impuseram uma revolução nas relações de produção: o trabalho livre, com retribuição de certa forma proporcional ao esforço despendido, que se implantou com o sistema feudal. Com uma hierarquia rígida, o feudalismo fundava-se basicamente na existência de três classes: a nobreza e o clero, que formavam a classe dominante, no topo da pirâmide social; um segmento intermediário formado por artesãos e comerciantes; e, na base, os servos que eram, em sua maioria, descendentes dos antigos escravos ou camponeses arruinados. A posição dentro da hierarquia social era determinada pelos costumes e leis, que davam à classe dominante enormes privilégios políticos, econômicos e sociais.

A sociedade burguesa surgiu com a decadência econômica da nobreza e do clero e a acumulação de riquezas pelos comerciantes, beneficiados sobretudo pelas grandes descobertas marítimas e a ampliação extraordinária das atividades mercantis e industriais. A partir da revolução industrial, desencadeou-se um processo que se traduziu em transformações radicais em todas as áreas da atuação humana. No novo modo de produção, o trabalho humano transformou-se em bem econômico e as associações de artesãos deram lugar às fábricas, onde trabalhavam operários assalariados. A liberdade de comércio tornou-se a síntese de todas as liberdades e a produção e o consumo chegaram a regiões geográficas até então isoladas. As ciências e as artes universalizaram-se. Surgiu a sociedade urbana, centralizada, a partir do crescimento físico e econômico dos burgos, e em seu interior formaram-se novas classes sociais.

Cultura. Ao longo do processo de mudanças econômicas e sociais dos agrupamentos sociais, surgiram e desenvolveram-se, ao mesmo tempo, as formas de comportamento e as ideologias que se traduzem nas manifestações culturais do grupo social. A cultura condicionou todas as atividades dos indivíduos e do grupo social -- habitação, hábitos de convivência, papéis sociais, relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com os diferentes grupos, dos grupos entre si e com o conjunto social, ritos religiosos, alimentação, trabalho, legislação e outras áreas. Essas mesmas atividades exerceram sobre a cultura uma ação recíproca. Surgiram as artes, a linguagem, os costumes, as leis, as religiões, as concepções filosóficas e ideológicas, em resumo, tudo o que integra uma cultura e identifica uma sociedade.

Características da sociedade tecnológica moderna. Na sociedade tecnológica, o ser humano não vive mais num meio natural e sim num meio técnico, que interpõe entre o homem e a natureza uma rede de máquinas e técnicas apuradas. O homem explora a natureza, domina-a e utiliza-a para seus fins. Em decorrência da expansão dos recursos técnicos, a estrutura da sociedade tecnológica resulta muito mais complexa do que a da sociedade tradicional. Quatro fatores contribuíram para essa mudança social tão profunda: a tecnologia, um avançado sistema monetário e creditício, a crescente divisão do trabalho e a migração em massa da mão-de-obra do setor primário de produção (agricultura, caça, pesca e mineração) para os setores secundário (indústria) e terciário (comércio, transportes, profissões liberais etc).

Em conseqüência da ruptura entre as funções de produtor e consumidor, desempenhadas no passado pelos mesmos indivíduos, e da multiplicação artificial das necessidades de consumo (e por isso esse tipo de sociedade também é denominado "sociedade de consumo"), a organização social desdobrou os papéis sociais atribuídos a uma mesma pessoa. Um indivíduo é ao mesmo tempo pai de família, empregado de uma fábrica e membro de um clube, de um partido político, de um sindicato, de uma igreja etc. Por conseguinte, os riscos de conflito entre os papéis são muito maiores do que na sociedade tradicional.

As sociedades modernas apresentam uma extrema divisão de trabalho. As profissões se especializam cada vez mais e uma forte competitividade atua como meio de seleção no mercado de trabalho. A necessidade de controle nas empresas, na administração pública e nas inumeráveis instituições (esportivas, políticas, profissionais, religiosas etc.) confere a essas sociedades um caráter eminentemente burocratizado. É também uma sociedade basicamente urbana, na qual a concentração demográfica, a diversidade das profissões e as desigualdades na distribuição de renda promovem uma profunda divisão de classes com interesses conflitantes.

A fraqueza do indivíduo isolado levou à proliferação de grupos de interesse (sindicatos, associações profissionais, sociedades agrárias etc.). A multiplicidade de associações dá lugar à existência de diversas elites que representam, ou dizem representar, uma determinada comunidade (etnia, sindicato, partido político etc.). Essas elites lutam entre si, atuando como pontas de lança de seus respectivos grupos de interesse, o que leva o conflito a constituir-se em elemento permanente da organização social fragmentada e diversificada da sociedade tecnológica.

A mentalidade dominante na sociedade tecnológica também difere sensivelmente da que predomina na sociedade tradicional. A força da tradição é substituída pela racionalidade e a valorização da instrução. A mentalidade tecnológica prefere a mudança, que associa ao progresso, à permanência de costumes e valores. Em conseqüência, a desmitificação do mundo pela racionalidade e a ciência supõe uma profunda transformação da ética e da moral tradicionais, minando profundamente as crenças religiosas, num processo denominado "secularização".

Organização social. A unidade estrutural do grupo ou da sociedade traduz-se no conjunto das diferentes maneiras de co-adaptação e coordenação das atividades individuais e sociais, isto é, na organização social. Sistema de relações entre os membros de um grupo ou entre os grupos de uma sociedade, a organização social implica sempre direitos e deveres reciprocamente aceitos. Seu princípio básico é o da coordenação social, isto é, da harmonia social, que equivale ao papel que cada membro exerce em cooperação com os demais integrantes do grupo.

A manutenção da organização social de um grupo traduz-se pelas instituições, que devem funcionar em interação, pelas classes em que a sociedade se divide, de acordo com critérios econômicos ou políticos, e pelos grupos sociais, conjuntos de pessoas ligadas por interesses e objetivos comuns. Essas instituições adquirem formas específicas no interior da organização social, que se traduzem em associações religiosas, políticas, financeiras, familiares etc.

As formas de organização social variam de acordo com os grupos humanos, cujos integrantes adotam comportamentos aceitos pelo conjunto. As variações aceitáveis orientam-se pelo padrão estabelecido e representam um compromisso entre a rigidez do padrão e as circunstâncias do momento.

Em cada sociedade há uma hierarquia de valores materiais e não-materiais que diferem segundo os grupos e de acordo com a importância que se atribui a cada um dos elementos que integram sua cultura. Assim, observam-se na organização social as diversas formas de casamento, os tipos de parentesco, a estrutura da família, as formas de governo, as relações comerciais e de trabalho e muitas outras.

A organização social depende basicamente da conservação das funções sociais e da divisão social do trabalho. A conservação das funções sociais refere-se à permanência e à continuidade da vida social: a sociedade deve manter íntegras suas instituições, ao longo das gerações que se sucedem, embora adote modificações naturais introduzidas de modo gradual pelos novos integrantes. A divisão social do trabalho garante que todas as funções necessárias ao funcionamento da sociedade sejam preenchidas.

[**www.enciclopediaescolar.hpg.com.br**](http://www.enciclopediaescolar.hpg.com.br)

**A sua enciclopédia na internet.**